



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 28 de Janeiro de 2020

Cresce pressão para mudança na Educação

Para líderes no Congresso, Bolsonaro deve preservar Abraham Weintraub e punir o presidente do Inep

Por Marcelo Ribeiro e Fabio Murakawa — De Brasília

Líderes do Congresso Nacional devem ampliar a pressão para que o presidente Jair Bolsonaro faça mudanças no Ministério da Educação, depois da decisão da Justiça de suspender o processo do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o que pode adiar a divulgação dos resultados.

Segundo fontes da cúpula do Legislativo, há o entendimento de que a resistência do governo em admitir o erro na correção das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi determinante para que a crise ganhasse outras proporções. Parlamentares já teriam alertado o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que repassarão a auxiliares de Bolsonaro o diagnóstico de que apenas uma troca de comando será capaz de estancar a crise na educação.

Na avaliação de lideranças do Parlamento, Bolsonaro deve preservar o ministro da Educação, Abraham Weintraub, e a punição mais dura pode atingir o presidente

do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes. Subordinado ao MEC, o órgão responde pelo planejamento e execução do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Sisu.

“Como Bolsonaro já blindou Weintraub em outras polêmicas, acreditamos que a corda arrebentará para o lado mais fraco, caso Bolsonaro decida promover mudanças em razão dessa crise. Por isso, o presidente do Inep estaria mais vulnerável”, acredita um membro da cúpula do Congresso ao Valor.

Procurada, a assessoria do Inep não se pronunciou.

A ideia dos deputados é que o diagnóstico chegue a Bolsonaro ainda hoje, assim que ele desembarcar no Brasil. O presidente estava em viagem oficial à Índia.

Ainda que determinada por questões técnicas, a ofensiva também é uma resposta da cúpula do Congresso ao Planalto. Em dezembro, Bolsonaro exonerou Rodrigo Dias do comando do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O desligamento foi oficializado no Diário Oficial da União, minutos após uma reunião entre ambos. Bolsonaro não avisou Maia sobre a saída do aliado.

Um interlocutor do presidente disse ao Valor que ele está ciente da insatisfação de Maia, mas que não deve ceder. “Não é típico do presidente patrocinar mudanças por pressão de ninguém. A não ser que esse alguém divulgue um vídeo imitando [Joseph] Goebbels”, disse, em referência à recente demissão do Secretário Especial de Cultura, Roberto Alvim.

Ontem, a Advocacia-Geral da União (AGU) protocolou recurso no Superior Tribunal de Justiça (STJ) para garantir a manutenção do calendário de divulgação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

O impasse sobre a divulgação do resultado começou após o governo admitir que houve erro na correção do Enem. A falha afetou quase 6 mil candidatos, de acordo com Weintraub. As notas dos estudantes no Enem são critério para concorrer a uma das 237,1 mil vagas em universidades públicas, disputadas pelo Sisu.

Ontem, a presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), desembargadora Therezinha Cazerta, rejeitou pedido da AGU e manteve suspensa a divulgação dos resultados do Sisu. Com isso, a liminar concedida pela Justiça Federal de São Paulo, que impede que os resultados sejam divulgados, segue em vigor.

CHAPÉU Governadores querem aproveitar a tramitação das propostas de emendas constitucionais que envolvem estados e municípios no Senado para ter mais acesso a impostos hoje concentrados na União. A queixa ganhou novos contornos com o reajuste, pelo MEC, do piso do magistério em 12,84% — bem acima da inflação, de 4,31%.

Número de professores que pedem demissão ou licença da USP dispara

Universidade teve 73 pedidos de exoneração em 3 anos; evasão afeta áreas como computação

Angela Pinho

SÃO PAULO O número de professores que pedem para sair da mais prestigiada universidade do país deu um salto nos últimos três anos.

De 2017 a 2019, 73 docentes pediram exoneração da USP, e 70 solicitaram afastamento não remunerado, mostram dados obtidos pela Folha após pedido feito com base na Lei de Acesso à Informação.

Nos três anos anteriores a esse período (2014 a 2016), foram 47 exonerações a pedido e 23 licenças do mesmo tipo.

A crescente saída de docentes está ligada a melhores oportunidades de trabalho no exterior e em outras instituições educacionais do país. Outros motivos citados por pesquisadores são a situação política do Brasil e os cortes na ciência, além de questões pessoais.

A questão salarial também veio à tona nos últimos dias, com a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, de equiparar o teto de vencimentos das universidades estaduais ao das federais.

No caso de São Paulo, a medida elevou o limite de R\$ 23 mil para R\$ 39,3 mil por mês.

Ao defender a medida, reitores das estaduais paulistas citaram a saída de professores como uma das consequências da disparidade salarial, ao lado de aposentadorias antes da idade obrigatória e do baixo número de interessados em concursos de algumas áreas.

A reportagem conseguiu localizar informações sobre a situação atual de 42 dos 73 docentes que pediram demissão da USP nos últimos três anos.

Cerca de metade deles (22) foi trabalhar, lecionar ou fazer pesquisa em instituições no exterior. Oito foram para universidades federais e cinco para instituições de ensino privadas, principalmente na economia (Fundação Getúlio Vargas e Insper).

Já entre os que pediram licença não remunerada, há os que foram fazer pesquisa ou lecionar no exterior e os que foram para outras instituições de ensino, como é o caso do ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad (PT), licenciado do departamento de ciência política da USP e atualmente no Insper.

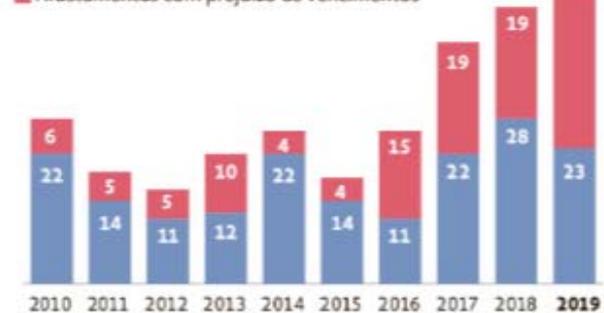
O afastamento não remunerado na USP é permitido por um prazo de até dois anos, prorrogável por mais três para atividades como pesquisa e ensino em outra instituição, mandatos eletivos e participação em eventos acadêmicos — nesse terceiro caso, porém, o profissional não costuma abrir mão do seu salário.

O total de 143 docentes exonerações a pedido ou em licença não remunerada nos últimos três anos não chega a comprometer, de forma geral, o funcionamento de uma universidade com 5.626 educadores.

Mas, em algumas áreas com mercado mais dinâmico, as saídas interrompem projetos acadêmicos e sobrecarregam os profissionais

Pedidos de demissão na USP aumentam a partir de 2017

■ Exoneração/ Dispensa a pedido
■ Afastamentos com prejuízo de vencimentos



Fonte: USP

que ficaram com atividades administrativas e orientações, até porque nem todos os cargos vagos são repostos.

O ICMC (Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação) da USP, em São Carlos, é uma das unidades que mais perdeu profissionais na USP nos últimos anos.

Em julho de 2015 (dado mais antigo disponível), o instituto tinha 141 professores. Atualmente, são 126. O vice-diretor André Ponce de Leon Carvalho explica que, desde aquele ano, sete docentes efetivos pediram exoneração, nove temporários solicitaram rescisão e 16 outros educadores se aposentaram antes da idade obrigatória no serviço público (75 anos).

O êxodo, afirma ele, deve-se principalmente ao mercado internacional aquecido nas áreas de ciência de dados

e inteligência artificial. Em regra, quem pede para sair é porque recebeu convite para sair do país, seja para migrar para uma instituição acadêmica ou uma empresa.

Segundo Carvalho, além do salário, pesa na decisão do professor nessa situação a redução de verbas para a ciência no país e o fato de as universidades estrangeiras, em geral, permitirem que o docente dê muito menos aulas e possa se dedicar mais à pesquisa.

A consequência da evasão, relata o vice-diretor, é a sobrecarga dos que ficam e a interrupção de diversas pesquisas em andamento. "O Brasil está perdendo a onda em inteligência artificial porque não tem gente suficiente", diz.

A área de medicina é outra entre as mais atingidas pelas saídas voluntárias de docentes.





“Nos últimos três anos temos perdido muitos professores para universidades federais e particulares e para hospitais privados de grande nome porque os salários da USP não estão atrativos frente ao mercado externo”, afirma Margaret de Castro, diretora da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto. Ela diz acreditar que a decisão de Toffoli pode tornar o trabalho nas instituições estaduais mais atrativo.

O campo da economia é outro atingido pela perda de professores. Em 2017, a Folha mostrou que o departamento perdeu um terço do seu corpo docente em dois anos devido a aposentadorias e pedidos de exoneração.

O salário, porém, não é o único motivo que leva um professor a sair da USP, nem mesmo o principal.

Após duas décadas como docente da USP, a bióloga Sabine Eggers conta que fatores internos e externos à universidade a levaram a pedir demissão da universidade neste ano.

A insatisfação se devia principalmente à falta de infraestrutura e apoio institucional: problemas com internet, água e luz algumas vezes por mês e ausência de apoio técnico.

Por outro lado, diz, ela também não andava feliz com os rumos da educação no Brasil e com a instabilidade política e não tinha esperança de que algo fosse mudar a curto e médio prazo. O trânsito e a violência em São Paulo também a incomodavam.

Sabine conta que decidiu prestar um concurso no Museu de História Natural de Viena e passou em primeiro lugar. Gostaria de ter ficado como professora da USP com cursos deverão intensivos e orientação de alunos, mas não lhe foi permitido. A saída foi pedir a exoneração.

Outro professor que pediu demissão, da área de engenharia, diz que tomou a decisão de ir para uma universidade federal de outro estado por razão familiar, mas cita a pressão por resultados no estágio inicial da carreira na USP como um fator que tem levado colegas à depressão, o que pode contribuir para a insatisfação com o trabalho.

“O período de estágio probatório é agressivo, principalmente na USP, porque você tem que produzir, aprender a preparar aula e fazer parte dos conselhos da universidade para ganhar pontos para a progressão na carreira. Você trabalha mais de oito horas por dia, escreve artigo no fim de semana e é comum o parecerista do relatório de estágio probatório reclamar da sua produção”, diz ele, que pediu para não ser identificado.

“Sem dúvida nenhuma, tem-se um orgulho em ser professor da USP. Mas isso só vale do portão para fora, ou seja, para a sociedade. Dentro, você é apenas mais um”, conclui.

Procurada, a USP não respondeu se tem um diagnóstico sobre o motivo do aumento da saída de professores.

Por escrito, o reitor Vahan Agopyan afirmou acreditar que a decisão do STF vai ajudar a amenizar o problema.

“O fato de mantermos um teto muito baixo era extremamente desmotivante para professores mais antigos e significava uma frustração para os jovens, que acabavam optando por seguir carreira em lugares onde não há esse tipo de limitação, inclusive em outros países”, disse.

Com a divulgação do Sisu suspensa, MEC adia inscrições para o Prouni

BRASÍLIA O Ministério da Educação informou nesta segunda (27) que vai suspender por tempo indeterminado a abertura das inscrições do Prouni, programa que oferta bolsas a estudantes em instituições privadas do ensino superior.

A pasta atribui a medida à decisão judicial que manteve suspensa a divulgação dos resultados do Sisu (Sistema de Seleção Unificada).

Para o ministério, a medida bloqueia inscrições de outros programas de ensino superior, já que o resultado do Sisu é condição para acesso ao Prouni e ao Fies (fundo de financiamento estudantil).

O início das inscrições estava previsto para esta terça (28). Segundo o MEC, enquanto houver o bloqueio, estudantes podem consultar informações sobre as cerca de 251 mil

bolsas que devem ser ofertadas no site do programa.

A suspensão ocorre após o Tribunal Regional Federal da 3ª região rejeitar recurso da AGU (Advocacia-Geral da União) contra decisão da Justiça Federal em São Paulo de não permitir a divulgação de notas devido a problemas em correções de provas do Enem.

Após comemorar o que seria a melhor edição da história do exame, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, informou no sábado (18) que participantes receberam notas erradas.

O MEC disse que o problema atingiu 5.974 participantes, que tiveram as notas alteradas. Porém, 172 mil candidatos encaminharam mensagens ao Inep, órgão responsável pela realização da prova, com queixas sobre

o desempenho.

Nesta segunda, a AGU informou ter protocolado recurso no STJ (Superior Tribunal de Justiça) para garantir a manutenção do calendário do Sisu.

Segundo o MEC, os cronogramas definitivos dos programas serão publicados após decisão final da Justiça.

O ministério também divulgou nesta segunda que, mesmo com a divulgação dos resultados suspensa, o Sisu teve 1,8 milhão de inscritos.

De acordo com o MEC, foram 3,4 milhões de inscrições, uma vez que é possível pleitear vaga em até dois cursos.

O período de registros durou seis dias e não foi afetado pela disputa judicial em curso. Estão sendo disponibilizadas neste ano 237.128 vagas em 128 instituições de ensino em todo o país.

TCU deve mirar verba da Lava Jato, pede procurador

BRASÍLIA O Ministério Público de Contas, que atua perante o TCU (Tribunal de Contas da União), pede à corte que haja um acompanhamento especial sobre a execução dos recursos recuperados da Lava Jato e parados no MEC (Ministério da Educação).

A pasta de Abraham Weintraub foi a única do governo Bolsonaro a receber o dinheiro em 2019 e não dar finalidade, como a Folha revelou. O MEC ficou com a maior parte do recurso: R\$ 1 bilhão de um total de R\$ 2,6 bilhões recuperados pela operação.

Segundo a representação, a situação revela "reduzida eficiência na gestão daqueles recursos pelo MEC". O dinheiro ficou parado porque, segundo disse Weintraub, o MEC não tinha um projeto pronto para a educação infantil. A pasta passou por escassez de recursos em 2019.

"Causa espécie que, decorridos meses, o MEC tenha

apenas intenção de uso, sem qualquer projeto concreto para aplicação desses recursos na educação infantil", ressalta o documento, assinado pelo subprocurador-geral, Lucas Rocha Furtado.

A representação sublinha que uma suposta prioridade dada pelo governo Bolsonaro à educação infantil foi defendida pelo próprio ministro, em maio, em audiência no Senado.

O fundo foi alvo de disputa e acabou tendo os recursos destinados à educação e à preservação ambiental, divididos entre sete ministérios.

O STF (Supremo Tribunal Federal) validou em setembro passado o acordo sobre a destinação do dinheiro. Em novembro, os recursos chegaram aos ministérios.

"Entendo que esses aspectos, por sua extrema gravidade — que denotam, no mínimo, a reduzida eficiência na gestão daqueles recursos pe-

lo MEC —, devam merecer especial atenção do Tribunal de Contas da União", diz o texto.

Furtado defende que o tribunal "acompanhe detidamente a execução dos recursos resgatados pela Operação Lava Jato, que foram direcionados para o Ministério da Educação".

A indefinição dentro do MEC para aplicar o recurso foi o que travou sua execução. O governo estuda usá-lo para viabilizar o projeto de voucher para creches, no qual entregaria às famílias dinheiro para pagar creche particular.

No entanto, há entraves legais para o gasto de dinheiro público em instituições com fins lucrativos na educação infantil. A consultoria jurídica do MEC procura uma solução.

O ministro garantiu que o recurso será aplicado neste ano. O orçamento de 2020 não prevê dinheiro do fundo. **Paulo Saldaña e Fábio Fabríni**

Este 2020 promete

O ano de 2020 começou malvado. A Organização Mundial da Saúde (OMS) demorou, mas admitiu ontem que o coronavírus caracteriza um “alto risco”, não mais só “moderado”. Ou seja: aparentemente afastada a ameaça de uma guerra entre Estados Unidos e Irã, o mundo enfrenta agora o temor de uma epidemia de proporções ainda incertas.

O vírus já atingiu milhares de pessoas e já matou dezenas na China, extrapolou para o resto da Ásia, a Europa e os Estados Unidos e deixa todos os continentes em estado de alerta. O risco é de morte, mas ameaça também a economia dos países. Obviamente, o Brasil não está fora da mira..

Para o bem e para o mal, a globalização veio para ficar. O espetacular fluxo de pessoas entre continentes e países corresponde a uma grande facilidade de exportação do vírus aos quatro cantos do mundo. A extensão e as projeções ainda são incertas, mas, certamente, não dá para dormir tranquilo.

E o risco de globalização do vírus também impacta diretamente as transações comerciais e financeiras, particularmente de commodities. E é exatamente por isso, e preventivamente, que a Bolsa sacolejou fortemente no Brasil. Vale, Petrobrás, Gerdau, CSN e Suzano chegaram a perder R\$ 33 bilhões em valor de

mercado na manhã de ontem. O vírus nem chegou ao Brasil, mas o medo já se instalou.

O Ministério da Saúde criou um Centro de Operações de Emergência, junto com a Anvisa, para tomar as medidas possíveis neste momento. Não é simples, porque as ações se concentram em aeroportos, portos e pontos estratégicos de fronteira, mas vamos pensar juntos. Como não há voos diretos do Brasil para a China, o monitoramento não tem foco, é dos mais variados voos, que vêm da Ásia, dos EUA e de capitais da Europa, como Madri, Lisboa, Roma, Amsterdã. E as fronteiras? O Brasil não consegue nem monitorar tráfico de drogas, armas e cigarros...

As providências cabíveis estão sendo tomadas: alertas em português, inglês e mandarim, comunicados para empresas aéreas, instrução para as tripulações relatarem a presença de passageiros com sintomas. E há planejamento para isolar casos suspeitos e toda uma rede de técnicos se informando sobre como combater a doença já instalada. No mais, é rezar para a disseminação global ser contida.

Além do vírus assassino, o ano começou com mortes e desaparecimentos por causa das chuvas torrenciais em Minas e no Espírito Santo. Dezenas de famílias destroçadas, milhares de famílias desalojadas. Ok, é verdade que o volume de água em

Belo Horizonte, por exemplo, foi o maior em 110 anos. Mas alguém é capaz de jurar que era impossível salvar essas vidas, evitar ou minorar a tragédia?

O ano também começou com a inacreditável história de um secretário nacional de Cultura que cultuava o nazismo e, agora, a aflição de milhares de estudantes com o Enem e o SisU. O tal secretário foi demitido após profunda rejeição da sociedade, mas o ministro da Educação continua numa boa e vai ficando.

Ninguém sabe, ninguém viu ao menos alguma medida, algum anúncio, algum plano do MEC, e todo mundo vê as lives ridículas do ministro, os erros crassos de português, a ideologia contaminando tudo. Só o presidente não vê. Ou não dá bola.

No início do ano, Bolsonaro escapou da berlinda em Davos e fez viagem produtiva à China, mas caprichou nas “pérolas”: livros cheios de muita coisa escrita, índios mais parecidos com seres humanos, o capitão do Exército versus Gandhi, o secretário nazista “exemplar”. E a reação aos brasileiros deportados por Trump com pés e mãos algemados? Em vez de se solidarizar com os pobres coitados, ele apoiou o “Deus” americano. É... 2020 promete.

Coronavírus, sacolejo nas Bolsas, chuvas assassinas e, claro, pérolas do presidente

MEC decide suspender inscrições no ProUni

Isabela Palhares

O Ministério da Educação informou que vai suspender, por tempo indeterminado, a abertura de inscrições para o Programa Universidade para Todos (ProUni), que dá bolsas de estudo em instituições particulares. Segundo o MEC, como a divulgação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) está suspensa pela Justiça, não é possível dar continuidade ao cronograma de outros programas federais do ensino superior.

O Ministério da Educação (MEC) informou ontem que vai suspender, por tempo indeterminado, a abertura de inscrições para o Programa Universidade para Todos (ProUni), que dá bolsas de estudo em instituições privadas. Como a divulgação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que reúne vagas no ensino superior público, continua suspensa pela Justiça, o MEC disse que não é possível dar continuidade ao cronograma de outros programas federais do ensino superior.

As inscrições para o ProUni, que usa a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como um dos critérios de acesso, teriam início hoje. A pontuação mínima

para tentar a bolsa é de 450 pontos, na média das provas objetivas (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas).

Apesar de não abrir as inscrições, o governo afirma que os estudantes poderão consultar as 251 mil bolsas, parciais ou integrais, que serão ofertadas. A nota no Enem também é condição de acesso para o Fies, programa de financiamento estudantil, cuja abertura de inscrições é prevista para o dia 5 de fevereiro no calendário oficial.

Anteontem, o Tribunal Regional Federal da 3.^a Região também manteve a decisão que barra a divulgação de resultados do Sisu. A suspensão foi pedida pela Defensoria Pública da União. A Justiça liberou a conclusão da etapa de inscrições – terminou ontem, com quase 1,8 milhão de participantes –, mas travou a liberação da lista de aprovados, prevista para hoje, até o MEC comprovar que a falha não afetou todos os candidatos.

Segundo o MEC, houve problemas em 5.974 provas e os erros já foram resolvidos. O Enem teve cerca de 3,9 milhões de candidatos. Em nota, MEC e Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do

ministério responsável pelo exame, disseram “reforçar a lisura do Enem” e ausência de “prejuízo aos inscritos”.

Ontem a Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). O Estado apurou que Inep e MEC aceleraram ontem a produção de estudos técnicos comprovando medidas adotadas para lidar com a falha. Na cúpula da pasta, há quem avalie que a crise poderia ter sido evitada se, desde o início, tivesse havido maior transparência.

Em nota, a associação de reitores das federais, Andifes, disse que, apesar do prejuízo ao calendário, acredita ser necessária suspensão para que se tenha garantia de que os resultados estão corretos e respeitem “padrões mais elevados de justiça”.

O defensor público federal João Paulo Dorini acredita que as explicações e medidas do MEC são insuficientes para garantir a confiabilidade na prova. Ele é autor da ação que levou à suspensão do Sisu.

“Não temos segurança de como é feita a calibragem das questões (que têm pesos diferentes na composição da nota final, pois são





divididas em níveis de complexidade), se houve mudança no peso delas com a correção de algumas provas, se todas as provas teriam de ser corrigidas. São muitas perguntas sem resposta”, afirma Dorini.

Na berlinda. A forma com a qual o ministro da Educação Abraham Weintraub lidou com o problema no Enem reforçou os pedidos para que o presidente Jair Bolsonaro o substitua. Desde dezembro, nomes de confiança do Planalto pedem que o presidente considere a demissão de Weintraub – malvisto pelas polêmicas, consideradas desnecessárias e prejudiciais ao governo, e pela falta de projetos e dificuldade de implementação de políticas públicas.

Assim como quando demitiu o ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez, em abril de 2019, Bolsonaro já tem recebido “listinhas” de seus principais grupos de apoiadores com sugestões de nomes. Há listas com indicações do grupo evangélico, dos militares e dos entusiastas do escritor Olavo de Carvalho.

Sem trégua

Eduardo Bolsonaro retomou a rotina de cutucar eventuais adversários do pai, ao criticar, no Twitter, os governadores de São Paulo e do Rio por, segundo ele, não terem aderido ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, lançado pelo MEC.

“A quem isso serve? Vaidade?”, questionou o Zero 3 em mensagem no fim de semana.

Sem trégua 2

A resposta, do lado paulista, veio à tona ontem, quando o secretário de Educação de Doria, Rossieli Soares, desembarcou de viagem a Londres. “A desinformação não ajuda a melhorar a qualidade da educação”, rebateu em sua postagem o secretário.

Soares lembrou que sua “manifestação de interesse” foi comunicada em outubro – ele queria mais informações do ministério para aderir ao programa. Após anunciar que topava, o MEC, segundo ele, alegou prazo esgotado e deixou as escolas paulistas de fora.

Weintraub, o alvo

Os tropeços do governo em relação às provas do Enem e às inscrições do Sisu podem até ser resolvidos, mas, ainda assim, não vão tirar o ministro da Educação, Abraham Weintraub, do bombardeio dos partidos mais à esquerda, em especial PT e PSol. A ideia dos petistas, por exemplo, é aproveitar essa confusão para expor as fragilidades do setor, que ainda não apresentou resultados fortes. Pretende mostrar que a área vai mal e que o ministro tem se preocupado mais em bater boca nas redes sociais do que gerir a sua pasta.

Os oposicionistas já escolheram, inclusive, a Comissão de Educação da Câmara como palco para o duelo. A esquerda vai tentar arrematar o comando desse colegiado na distribuição das comissões técnicas da Casa, a partir da semana que vem.

SISU »

AGU recorre; Prouni é adiado

Advocacia vai ao STJ para manter o cronograma de publicação das notas, parado por decisão liminar, previsto inicialmente para hoje. Por isso, MEC suspende inscrições para o Universidade Para Todos, após alertar para prejuízos causados a estudantes e instituições



Ministro e presidente do Inep, Alexandre Lopes, garantiram solução do caso

A Advocacia-Geral da União (AGU) protocolou, ontem à noite, recurso no Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra a decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), que manteve a suspensão da divulgação dos resultados do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), prevista inicialmente para hoje. A ação da AGU é para “garantir a manutenção do calendário” de publicação das notas. Mas enquanto a liminar que parou todo o processo não é derrubada, o Ministério da Educação adiou as inscrições no Programa Universidade para Todos

(Prouni), previstas para também começarem hoje.

A suspensão na divulgação começou a prejudicar o calendário letivo das universidades federais, que podem ter o período de matrículas alterado, assim como o início das aulas. O cronograma atual do Sisu é considerado apertado pelas instituições de ensino, que há anos pedem ao MEC para que as notas do Enem e o sistema de seleção sejam adiantados para que possam ter mais tempo para matricular os estudantes.

O atraso afetou o ProUni e pode alcançar o Financiamento Estudantil (Fies), ambas opções de acesso ao ensino superior privado para os estudantes que não conseguiram uma vaga nas instituições públicas.

Mais cedo, AGU e Ministério da Educação (MEC) tinham definido que a pasta apresentaria dados e notas técnicas complementares à Advocacia, para que pudesse encorpar o recurso ao STJ. O MEC também emitiu nota assegurando que o adiamento da publicação causará “prejuízos incalculáveis às instituições de ensino e aos candidatos”.

“De antemão, o MEC e o Inep reforçam a lisura do Enem e a ausência de qualquer prejuízo aos inscritos (...) Qualquer nova medida não alterará o resultado das notas dos

candidatos”, diz a nota do MEC. O ministro Abrahan Weintraub não se pronunciou sobre o recurso.

Consultas mantidas

Mas, à noite, o ministério decidiu suspender as inscrições do Prouni, ante a possibilidade de o recurso da AGU ao STJ ser rejeitado — e a suspensão da divulgação das notas ser mantida. Segundo a nota, “o Tribunal indeferiu a liminar (decisão provisória) apresentada pela União contra a decisão de suspensão do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). O resultado do Sisu é condição necessária para inscrição no Prouni e no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)”. E acrescentou:

“No entanto, os estudantes poderão consultar informações referentes às 251.139 bolsas relativas ao primeiro processo seletivo do Prouni de 2020 no site do programa (siteprouni.mec.gov.br). Os cronogramas definitivos dos programas de acesso à educação superior serão publicados após decisão final da justiça”.

Uma decisão provisória da 8ª Vara Cível Federal de São Paulo determinou a suspensão da divulgação dos resultados e pediu que o governo apresentasse provas de que o erro na correção do Enem, identificado por alunos e exposto nas redes sociais, foi completamente resolvido. Na noite do último





domingo, a desembargadora Therezinha Cazerta, do TRF-3, negou o pedido da AGU que derrubaria a liminar.

De acordo com o MEC, durante os seis dias que ficou disponível para as inscrições, o Sisu recebeu 3.458.358 registros, feitos por 1.795.211 pessoas. Cada candidato tinha o direito de optar por até dois cursos. O portal anotou 66% dos acessos por celulares ou tablets. O Nordeste foi a região com o maior número de inscrições, seguido do Sudeste, Sul, Norte e Centro-Oeste. Neste semestre, 237.128 vagas são oferecidas em 128 instituições públicas de ensino superior.

EDUCAÇÃO »

Volta sem complicações

Parte das escolas particulares retomou as atividades ontem. Trânsito não sofreu impacto, mas reflexos devem ser sentidos a partir da próxima semana

» CAROLINE CINTRA
» LIS CAPPI*



Rodrigo de Paula com o filho Rafael, 2 anos, que está na educação infantil

Parte das 558 escolas particulares começou as atividades ontem. As demais retomam na próxima semana. Já as aulas da rede pública têm início em 10 de fevereiro. De acordo com o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF (Sisepe-DF), o número de matriculados nos colégios deve ser divulgado a partir de fevereiro. No ano passado, havia 180 mil estudantes na rede privada.

Uma das preocupações dos brasilienses com a volta às aulas era o trânsito. Mas a retomada foi considerada tranquila. Para atender os alunos, os ônibus voltaram a

circular normalmente — o fluxo estava reduzido em 25%, no período de férias escolares. A expectativa da Secretaria de Mobilidade é de que a quantidade de passageiros aumente em 30% com a retomada do ano letivo. O trânsito deve ficar mais intenso a partir de 10 de fevereiro, quando 460 mil discentes e 35 mil professores voltarão às aulas nos colégios públicos.

O Departamento de Trânsito (Detran-DF) prevê o aumento do tráfego em toda a capital ao longo desta e das próximas semanas. De acordo com o diretor de Policiamento e Fiscalização de Trânsito do órgão, Francisco Saraiva, deve haver menos fluidez em vias próximas aos estabelecimentos de ensino. “A mudança no trânsito é um fato. A gente vai ver mais congestionamento, mais gargalos nas escolas e algumas vias que ficam mais impactadas, tudo em função da atividade escolar”, afirma o especialista.

Enquanto o trânsito flui bem, a volta às atividades é só animação. Alice Cunha, 12 anos, vai cursar o sétimo ano. A promessa é se concentrar mais nos estudos. Apaixonada por história, ela admite que não se sai tão bem nas disciplinas de exatas. Um dos desafios de 2020 é tirar boas notas, principalmente em matemática. “No ano passado, tive um excelente professor. Ele me inspirou a ser melhor na matéria.

Estou muito animada”, diz a garota.

A família da professora de sociologia Lilian Mendonça, 51, começou o ano com motivos para comemorar. A filha mais velha, de 18 anos, passou no vestibular para medicina. Agora, os mais novos estão empolgados para seguir o mesmo caminho. “Eles amam a escola, o ambiente, os professores. E esses fatores são importantes para que eles se saiam bem também”, afirma. O mais novo, Pedro Mendonça, 13, envolve-se em atividades extracurriculares. “Integro um clube de debate diplomático e uma monitoria de literatura. Gosto de participar de tudo. E acho que, neste ano, vai ser bem produtivo”, declara o menino.

O servidor público Rodrigo de Paula, 41, levou o filho, Rafael de Paula, 2, para uma ida à escola um dia antes de as aulas começarem oficialmente — a turma de educação infantil tem início hoje —, e a animação era tão grande que ele não queria ir embora. “Ele é o mais novo da turma. Quando entrou na escola, não falava ainda, agora é uma tagarela. É muito bom vê-lo assim, e, com certeza, a escola acelerou muito esse processo”, compartilha o pai.

Ansiosos também estão os pais das crianças que vão pela primeira vez para a escola. É o caso da conselheira tutelar Nathália Vieira,





33. Para ela, o início da vida escolar de Céu Vieira, 3, é um misto de emoções. “A gente fica apreensivo, mas, ao mesmo tempo, com muita expectativa com o desenvolvimento dela, as novas experiências. Ela está muito feliz e pergunta se vai ter brincadeiras, se a avó também pode ir com ela. É uma novidade para todos nós. A princípio, achamos que ela vai se adaptar bem.”

Sem traumas

A psicóloga Lia Clerot alerta para alguns cuidados na volta às aulas. Em caso de resistência do aluno e para evitar traumas, o segredo é conversar. “Pais e educadores precisam estar juntos nessa hora para que o trabalho de cada um seja complementado pelo outro.”

A tranquilidade das crianças no primeiro dia de aula não depende dela, mas da confiança dos pais. “Muitas vezes, eles ficam com medo

de deixar a criança na escola e, sem querer, transferem essa insegurança e a sensação de abandono para o filho”, diz a psicóloga.

*Estagiária sob supervisão
de Marina Mercante

Evite o trânsito

Dicas para a entrada e a saída da escola

» Evite chegar em cima da hora. O ideal é que o filho desembarque 20 ou 30 minutos antes.

» Pare em locais adequados, para não atrapalhar o fluxo de veículos

» Tenha bastante cuidado com a travessia em faixas de pedestres, principalmente as que estão próximas a escolas

Fonte: Detran-DF

Três universidades suspendem seleção

Instituições de três estados decidem aguardar comprovação de que MEC corrigiu os erros em provas do Enem

Inscrições no ProUni são adiadas

Pelo menos três universidades federais do País decidiram suspender seus processos seletivos até que o Ministério da Educação (MEC) comprove ter superado todas as falhas na correção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). As instituições têm modelos próprios de ingresso, mas utilizam a nota do exame para compor o processo de seleção. São os casos da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), de Santa Catarina (UFSC) e do Pará (UFPA).

No domingo, a presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), desembargadora Thezinha Cazerta, manteve a decisão que suspendeu a divulgação dos resultados do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Para ela, os entendimentos da Justiça Federal de São Paulo "nada mais fizeram do que proteger o direito individual dos candidatos do Enem a obterem, da administração pública, um posicionamento seguro e transparente a respeito da prova que fizeram".

O Sisu seleciona ingressantes para mais de 235 mil vagas em 128 instituições públicas de ensino do País. Apesar de os alunos terem se inscrito (o prazo terminou neste domingo), a divulgação do resultado, prevista para hoje, está suspen-

sa pela Justiça Federal.

Ontem, a Advocacia-Geral da União (AGU) determinou ao MEC e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) que apresentem dados e notas técnicas complementares que comprovem ter sido superadas todas as falhas na correção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Com esses documentos, a AGU diz que irá recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para reverter a decisão que impede a divulgação do resultado do Sisu.

Uma reunião de emergência foi feita na manhã desta segunda-feira entre a AGU e integrantes do MEC para tratar da questão. Em nota, o MEC e o Inep disseram "reforçar a lisura do Enem e ausência de qualquer prejuízo aos inscritos". Também destacam que já foram adotadas todas as medidas administrativas necessárias para a solução dos problemas detectados.

O ministério defende que o adiamento ou suspensão dos prazos do Sisu podem causar "prejuízos incalculáveis" às universidades e aos candidatos.

No dia 20, o MEC divulgou ter identificado erro na correção de 5.974 provas, de 3,9 milhões participantes da última edição da prova e que ele havia sido sanado.

O Ministério da Educação (MEC) informou na noite de ontem que vai suspender por tempo indeterminado a abertura de inscrições para o Programa Universidade para Todos (ProUni). Segundo o ministério, como a divulgação do Sisu está suspenso pela Justiça Federal, não é possível dar continuidade ao cronograma de outros programas do ensino superior.

As inscrições para o ProUni teriam início nesta terça-feira. Apesar de não abrir as inscrições, o ministério diz que os estudantes poderão consultar as 251 mil bolsas que serão ofertadas.

O MEC divulgou também ontem dados de inscrição que mostram que 1,8 milhão de candidatos se inscreveram no Sisu. De acordo com as informações do ministério, foram 3,4 milhões de inscrições, uma vez que é possível pleitear vaga em até dois cursos.

"Os cronogramas definitivos dos programas de acesso à educação superior serão publicados após decisão final da justiça, tendo em vista que o resultado do Sisu é condição necessária para inscrição no ProUni e Fies", disse o ministério em nota. O MEC identificou erro na correção de 5.974 provas do Enem.